

SUMÁRIO

Nota à 2ª edição	IX
Capítulo 1 – NOÇÕES PRELIMINARES E PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS	1
1.1. Conformação do direito processual penal num Estado Democrático de Direito	1
1.2. Limites à atuação do Estado na persecução criminal – garantias constitucionais	3
1.2.1. Princípio do devido processo legal	4
1.2.2. Princípio acusatório	6
1.2.3. Princípio da presunção de inocência	9
1.2.4. Princípio do juiz natural	12
1.2.5. Princípio do contraditório	14
1.2.6. Princípio da ampla defesa	15
1.2.7. Princípio da não auto-incriminação	19
1.2.8. Princípio da vedação da prova ilícita	21
Capítulo 2 – A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	28
2.1. Finalidade e natureza do inquérito policial	28
2.2. Diligências a cargo da autoridade policial. Indiciamento do investigado	30
2.3. Prazo para encerramento do inquérito. Relatório da autoridade policial. Promoção de arquivamento do Ministério Público	31
2.4. Aplicação dos princípios do contraditório e da ampla defesa ao inquérito policial	32
2.5. Sigilo das investigações <i>versus</i> direito de vista do inquérito policial. Incomunicabilidade do preso	36
2.6. Controle externo da polícia judiciária. A atuação investigativa do Ministério Público	37
2.7. Delação premiada	40
Capítulo 3 – A INSTAURAÇÃO DA AÇÃO PENAL	45
3.1. Ação penal pública, ação penal privada e ação penal pública condicionada à representação	45
3.2. Condições da ação	47

3.2.1. Legitimidade das partes	47
3.2.2. Possibilidade jurídica do pedido	48
3.2.3. Interesse de agir	50
3.3. Condições específicas de procedibilidade	52
3.4. Pressupostos processuais	52
3.4.1. Requisitos da petição inicial	53
3.5. Aditamento da denúncia	55
3.6. <i>Emendatio libelli</i>	57
3.7. <i>Mutatio libelli</i>	58
Capítulo 4 – AÇÃO PENAL PRIVADA E AÇÃO PENAL PÚBLICA CONDICIONADA À REPRESENTAÇÃO DO OFENDIDO	63
4.1. Exercício do direito de queixa	63
4.2. Ação penal privada personalíssima	64
4.3. Ação penal privada subsidiária da pública	64
4.4. Formas de disposição do direito de queixa	65
4.4.1. Decadência	66
4.4.2. Renúncia	67
4.4.3. Perdão	69
4.4.4. Perempção	71
4.5. A intervenção do Ministério Público na ação penal privada	72
4.6. Exercício do direito de representação	74
4.7. Formas de disposição do direito de representação	74
4.7.1. Decadência	75
4.7.2. Renúncia	75
4.7.3. Retratação	75
Capítulo 5 – MEDIDAS CAUTELARES	78
5.1. Noções preliminares	78
5.2. Medidas cautelares de natureza patrimonial	79
5.2.1. Seqüestro	79
5.2.2. Hipoteca legal e arresto	80
5.3. Medidas cautelares restritivas da liberdade de locomoção (prisão cautelar)	81
5.3.1. Prisão em flagrante	83
5.3.2. Prisão temporária	86
5.3.3. Prisão preventiva	87
5.3.4. Prisão decorrente de sentença condenatória recorrível	91
5.3.5. Prisão decorrente de pronúncia	92
5.3.6. Fiança e liberdade provisória	92

5.4. Medidas cautelares de natureza investigativa	94
5.4.1. Busca e apreensão.....	95
5.4.2. Interceptação de comunicações telefônicas	97
5.4.3. Captação ambiental.....	101